

# ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A ATUAÇÃO DE COLETIVO DE MULHERES

## CONFRONTING VIOLENCE AGAINST WOMEN: THE WORK OF A WOMEN'S COLLECTIVE

## AFRONTANDO LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES: EL TRABAJO DE UN COLECTIVO DE MUJERES

Jacinta Marta Tavares Leiro<sup>1</sup>  
Nadirlene Pereira Gomes<sup>2</sup>  
Lilian Conceição de Guimarães Almeida<sup>3</sup>  
Isabela Carolyne Sena de Andrade<sup>4</sup>  
Ionara da Rocha Virgens<sup>5</sup>  
Luana Moura Campos<sup>6</sup>  
Sabrina de Oliveira Silva Telles<sup>7</sup>

**Como citar este artigo:** Leiro JCM, Gomes NP, Almeida LCG, Andrade ICS, Virgens IR, Campos LM, Telles SOS. Enfrentamento da violência contra a mulher: a atuação de coletivo de mulheres. Rev. baiana enferm. 2023;37:e47635.

Objetivo: descrever a atuação do Coletivo de Mulheres do Calafate para o enfrentamento da Violência Contra a Mulher. Método: estudo qualitativo, descritivo, realizado em Salvador, Bahia, Brasil, entre setembro e novembro de 2020. Compôs a pesquisa os relatos de nove mulheres que possuem ou possuíram vínculo institucional com o referido coletivo, sendo fundamentado na História Oral Temática, utilizando-se o meio digital para assinatura do TCLE e entrevista. Resultados: a atuação do Coletivo para o enfrentamento da violência contra a mulher inclui estratégias no âmbito da comunidade, emergindo assim as categorias: espaço para escuta às mulheres; espaço para compartilhar vivências de mulheres; espaço para articulação com os serviços de referência; e espaço para encaminhamento e/ou acompanhamento de mulheres nos serviços. Considerações Finais: o Coletivo promoveu ações de enfrentamento da violência contra a mulher, sinalizando a importância de organizações sociais feministas enquanto cenário de referência na comunidade.

Descritores: Violência Contra a Mulher. Organização Não Governamental. Apoio Social. Estratégias de Enfrentamento. Feminismo.

*Objective: to describe the work of the Calafate Women's Collective to confront violence against women. Method: a qualitative, descriptive study carried out in Salvador, Bahia, Brazil, between September and November 2020. The research included the reports of nine women who have or have had an institutional link with the aforementioned collective, based on Thematic Oral History, using the digital media for signing the informed consent form and interviews. Results: The Collective's work to confront violence against women includes strategies within the community, thus emerging the categories: space for listening to women; space for sharing women's experiences; space for liaison*

Autora correspondente: Isabela Carolyne Sena de Andrade. E-mail: isabelasena\_@hotmail.com

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6487-8141>.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6043-3997>.

<sup>3</sup> Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6940-9187>.

<sup>4</sup> Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2263-7622>.

<sup>5</sup> Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6906-514X>.

<sup>6</sup> Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5671-1977>.

<sup>7</sup> Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-0576-1015>.

*with referral services; and space for referral and/or accompaniment of women to services. Final considerations: the Collective promoted actions to confront violence against women, signaling the importance of feminist social organizations as a reference point in the community.*

*Descriptors: Violence Against Women. Non-Governmental Organization. Social Support. Adaptation, Psychological. Feminism.*

*Objetivo: describir el trabajo del Colectivo de Mujeres de Calafate en el afrontamiento a la violencia contra las mujeres. Método: Estudio cualitativo y descriptivo realizado en Salvador, Bahía, Brasil, entre septiembre y noviembre de 2020. La investigación se basó en los relatos de nueve mujeres que tienen o han tenido vínculos institucionales con el mencionado colectivo, a partir de la Historia Oral Temática, utilizando medios digitales para firmar el ICF y la entrevista. Resultados: el trabajo del Colectivo para afrontar la violencia contra las mujeres incluye estrategias dentro de la comunidad, y surgieron las siguientes categorías: espacio para escuchar a las mujeres; espacio para compartir las experiencias de las mujeres; espacio de enlace con los servicios de derivación; y espacio para derivar y/o acompañar a las mujeres a los servicios. Consideraciones finales: el Colectivo promovió acciones para afrontar la violencia contra las mujeres, lo que señala la importancia de las organizaciones sociales feministas como escenario de referencia en la comunidad.*

*Descriptor: Violencia contra la Mujer. Organización no Gubernamental. Apoyo Social. Estrategias de Afrontamiento. Feminismo.*

## Introdução

Violência contra a mulher (VCM), ancorada na desigualdade de gênero, consiste em um fenômeno de construção histórica de interesse mundial. Devido sua complexidade, seu enfrentamento requer a articulação de saberes e setores, sendo essencial a atuação de Organizações Não Governamentais (ONG), associações e outros espaços nas comunidades com intuito de dialogar sobre a temática e promover ações de prevenção e intervenção.

Importante ressaltar que alguns dos marcos normativos conceituaram a violência contra as mulheres, a exemplo do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação a Mulher, que definiu a VCM como toda forma de discriminação baseada no gênero, como objeto ou resultado a depreciação da mulher, sendo este conceito pautado na busca da igualdade e garantia de direitos em todos os contextos<sup>(1)</sup>. Outro marco foi a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, que classificou a VCM como “uma ofensa à dignidade humana e manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens”.<sup>(2)</sup> Essas convenções apontam construções sociais em que o gênero é considerado elemento central para geração de violências nas relações conjugais.

Em que pese às lutas nacionais e internacionais para o enfrentamento da violência contra a mulher, esse fenômeno permanece enquanto um grave problema social arraigado na desigualdade de gênero. Segundo a Organização das Nações Unidas, em 2017, 87 mil mulheres foram vítimas de feminicídio, cerca de 50 mil por conhecidos – companheiros, ex-maridos ou familiares<sup>(3)</sup>. No Brasil, em 2018, registrou-se 4.519 feminicídios, o que totaliza uma morte a cada duas horas<sup>(4)</sup>. Em virtude desses altos índices e da crescente banalização das vidas femininas, através da Lei 13.104, foi formalizada a tipificação de crime hediondo para o homicídio de mulheres, quando motivado por um contexto de violência doméstica e familiar ou em decorrência do menosprezo ou discriminação à condição da mulher<sup>(5)</sup>.

Nesse contexto, quando a vivência de violência não leva ao feminicídio, estudos mostram que a experiência traz repercussões graves para a saúde das mulheres. Segundo o Banco Mundial, a cada cinco anos em vivência de violência, a mulher perde um ano de vida saudável<sup>(6)</sup>. Isso é resultado de uma diversidade de problemas físicos como lesões, tensões musculares, cefaleia, taquicardia, hipertensão, problemas digestivos, perda de apetite, dentre outros que podem ser identificados em mulheres em situação de violência. Vale salientar que, para além das marcas físicas, a violência pode provocar a síndrome do estresse

pós-traumático, tristeza profunda, labilidade emocional, depressão e impactar na subjetividade da mulher, o que leva a falta de perspectiva de vida e também pode culminar no comportamento suicida e na morte autoprovocada.<sup>(7)</sup>

Essas consequências geram gastos diretos e indiretos para os cofres públicos em diferentes setores como sociais, da saúde e jurídico-policial, cenário que requer articulação da sociedade em prol da prevenção e enfrentamento do agravo, sendo as organizações sociais essenciais nesse processo por estimular a ação social comunitária<sup>(8)</sup>. Nesse ínterim, insere-se o Coletivo de Mulheres do Calafate (CMC), organização comunitária criada em 1992 em resposta aos casos de violência na comunidade, que se constituiu em importante suporte social às mulheres, desenvolvendo ações de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres. Esse tipo de suporte social se configura em importante estratégia de apoio às mulheres, que encontram nesses espaços o acolhimento, a escuta, o fortalecimento e a sororidade como instrumentos para saída do ciclo de violência.<sup>(9)</sup>

A partir da perspectiva acerca da relevância de organizações feministas para o empoderamento de mulheres, e considerando o protagonismo do CMC, se delineou como objeto de estudo a atuação desse espaço, com mais de 25 anos de criação, para o enfrentamento da VCM. Nesse sentido, o estudo tem o objetivo de descrever a atuação do Coletivo de Mulheres do Calafate para o enfrentamento da Violência Contra a Mulher e como questão de pesquisa: apresenta-se a seguinte interrogação: como o CMC atua para o enfrentamento da violência contra a mulher?

## Método

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, de caráter descritivo, realizada no âmbito do Coletivo de Mulheres do Calafate, associação de mulheres com sede na cidade de Salvador, Bahia, Brasil, criada com o objetivo de combater a violência doméstica contra as mulheres.

Foi utilizado como referencial metodológico a História Oral Temática, a qual oportuniza o protagonismo da experiência de mulheres que em seu contexto social atuaram em organização popular feminista, em prol do empoderamento feminino para uma vida livre de violência.<sup>(10)</sup> Assim sendo, participaram do presente estudo nove mulheres maiores de 18 anos que têm ou tiveram vínculo institucional em cargos de gestão ou na condição de associada do CMC. Adotou-se como critério de exclusão o fato delas não estarem bem emocional e psicologicamente para falar com a entrevistadora. O processo de aproximação com as colaboradoras aconteceu a partir da inserção das pesquisadoras em atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas ao longo dos anos de parcerias entre a universidade e o CMC.

A coleta de dados aconteceu no período de setembro a novembro de 2020, sendo realizada por pesquisadoras integrantes do Grupo de pesquisa via aplicativos de comunicação virtual, foi utilizada a técnica da entrevista guiada pela questão norteadora: “como o CMC atua para o enfrentamento da violência contra a mulher?”. As entrevistas foram gravadas com o auxílio de aplicativos digitais armazenados em banco de dados virtual e, posteriormente, transcritas. As falas foram sistematizadas por meio das etapas propostas na Análise de Conteúdo de Bardin, técnica que agrupa o texto em categorias obedecendo as seguintes etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação<sup>(11)</sup>. A partir da História Oral Temática foi possível descrever de forma singular e pessoal o processo de atuação do CMC no enfrentamento da violência.

Ressalta-se que em virtude da pandemia do novo coronavírus, a fim de respeitar as orientações de prevenção da infecção, utilizamos a via eletrônica para o convite e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual constam os objetivos do estudo, os riscos e benefícios da participação na pesquisa e a confidencialidade das informações. Esta pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética e

Pesquisa em Seres Humanos sob o parecer de n. 094588/2020.

## Resultados

As nove colaboradoras possuem idades entre 28 a 45 anos, elas se autodeclararam negras <sup>(7)</sup> e pardas <sup>(2)</sup>, casadas <sup>(2)</sup> ou em união estável <sup>(7)</sup> e com escolaridade diversificada: Ensino Superior Completo <sup>(2)</sup>, Ensino Superior Incompleto <sup>(2)</sup>, Ensino Médio Completo <sup>(3)</sup>, Ensino Médio incompleto <sup>(1)</sup>,

Ensino Fundamental Incompleto <sup>(1)</sup>. Em relação à atuação profissional, a maioria não tem emprego fixo ou ocupam cargos de baixa remuneração, com trabalhos informais sem carteira assinada <sup>(4)</sup>, desempregada <sup>(3)</sup>, cuidadora de idosos <sup>(1)</sup> e empregada doméstica <sup>(1)</sup>.

O estudo descreve a atuação do Coletivo de Mulheres do Calafate para o enfrentamento da Violência Contra a Mulher, que é exemplificado a partir da figura 1.

**Figura 1** – Contribuição do Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento da violência entre parceiros íntimos. Salvador, 2021



Fonte: elaboração própria

Com base na oralidade das mulheres entrevistadas emergiram as seguintes categorias:

### *Espaço para escuta às mulheres*

Coletivo de Mulheres do Calafate (CMC) é descrito enquanto ambiente acolhedor às mulheres com história de violência doméstica. Partindo da sua própria vivência, as integrantes do Coletivo, que também experienciaram abusos conjugais, exercitam a empatia e mostram-se

### *Espaço para compartilhar vivências de mulheres*

Os relatos das colaboradoras descrevem o CMC como espaço que oportuniza às mulheres a troca de experiências de vida, inclusive acerca da vivência de violência na conjugalidade. O incentivo ao compartilhamento de relatos, seja através de rodas de conversa ou oficinas, emerge como

dispostas a praticar uma escuta sensível e o suporte social como forma de apoio às outras mulheres da comunidade.

*No momento difícil, que eu queria companhia para desabafar, eu me sentava com as meninas porque a minha família só sabe criticar. No Coletivo, sei que tenho uma companheira para me abraçar a qualquer hora. [...] a maioria das mulheres que faz parte da coordenação do coletivo sofreu violência, então a gente se entende e ninguém solta a mão de ninguém!* (WINNIE MANDELA)

*O Coletivo de Mulheres do Calafate para mim é uma ONG que acolhe as mulheres que sofrem a violência doméstica e conjugal. [...] lá me acolheram, me deram palavras de conforto e conselhos, me escutaram.* (BELL HOOKS)

resultado dos laços de confiança e solidariedade estabelecidos nos grupos e no Coletivo.

*No Coletivo, a gente tinha roda de conversa para falar sobre a violência, para falar da nossa vida e compartilhar as situações que a gente vivia. A gente se abria, falava algo pessoal, uma escutava a outra. Se houvesse algum caso de violência, uma estava ali para dar apoio à outra.*

[...] o Coletivo é como se fosse uma família porque me acolheu no momento que eu mais precisei (MARIA DINIZ)

As rodas de conversa que aconteciam no Coletivo eram construídas por companheiras do Calafate, pela Escola de Enfermagem da UFBA e também por psicólogas. Para mim foi uma experiência muito boa, era um espaço em que eu me sentia acolhida, onde eu poderia desabafar. Conversávamos sobre coisas que aconteciam em nossas vidas, sobre a família, a gente se sentia à vontade para falar. (WINNIE MANDELA)

### *Espaço para articulação com os serviços de referência*

O CMC atua ainda como articulador no âmbito da Rede de Atenção ao Enfrentamento da violência contra as mulheres de Salvador. Essa atividade se dava por meio de visitas técnicas a diversos serviços de referência e da participação ativa nas reuniões do Fórum de Combate à Violência. Essa vinculação se mostrou favorável para que as integrantes do CMC, bem como algumas moradoras da comunidade, pudessem conhecer os serviços de referência no atendimento às mulheres em situação de violência, o que favorece o preparo para a realização de encaminhamentos, quando necessário.

Foi através do coletivo que comecei a participar das reuniões da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência e conheci os serviços que enfrentam a violência: o Loreta Valadares (Centro de Referência), a delegacia da mulher, a casa de acolhimento e a defensoria pública (JACINTA MARTA)

[...] conheci o Loreta, a delegacia da mulher. Teve um tempo que a gente fazia visita na delegacia para saber como era o atendimento. (MARIA DINIZ)

### *Espaço para encaminhamento e/ou acompanhamento de mulheres nos serviços*

A orientação quanto aos serviços de apoio também emergiu das falas como uma forma de atuação do CMC no fornecimento de suporte social às mulheres da comunidade. Chama atenção para o compromisso das integrantes no acompanhamento das mulheres na busca por suporte institucional.

No Coletivo, que fui orientada a dar queixa do pai do meu filho. Me encaminharam para a DEAM e o Loreta Valadares. O Coletivo faz tudo certinho: encaminha, dá o endereço e até vai com você! (BELL HOOKS)

O principal serviço era o acompanhamento das mulheres à DEAM, ao centro de referência e a defensoria. Também era muito comum o acompanhar, porque uma coisa era chegar lá sozinho e outra coisa é chegar lá acompanhada de uma representante do CMC. (LIGIA MARGARIDA)

## **Discussão**

O estudo revela que para o enfrentamento da VCM, o CMC atua oportunizando espaço de escuta para as mulheres, as quais têm a necessidade de buscar às integrantes para compartilhar vivências e sentimentos. O espaço de escuta, que ocorre de forma dinâmica e não institucional, conforme mencionado pelas participantes, refere-se a um momento de acolhimento às demandas emocionais e caracteriza-se enquanto uma ocasião favorável para o estabelecimento do vínculo e construção de uma relação de confiança. Por meio dessa vinculação, ao verbalizar as violências sofridas, as mulheres buscam suporte que as ampare e proteja.

Vale destacar que a atuação do CMC vai se estruturando a partir do fazer cotidiano, apoiada na intuição do que deu certo. E é assim, considerando o empirismo envolto na sua prática, que o CMC vai organizando o espaço e atendendo as demandas apresentadas pelas mulheres. Estudos apontam que verbalizar sobre a violência consiste como estratégia terapêutica, que viabiliza o autoconhecimento.<sup>(12)</sup> O espaço que promove a fala favorece a escuta de si e dos outros, o ambiente sem ruídos pode promover o acesso das mulheres as suas intimidades, pensamentos, desejos, medos, possibilita a escuta do “coração”.

Nessa perspectiva, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres estimula a promoção de espaços de escuta ativa e acolhimento para os atendimentos às mulheres em situação de violência, a exemplo daqueles realizados no âmbito da Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde.<sup>(13)</sup> Importante pontuar que espaços que promovem a fala favorecem a escuta de si e dos outros, sobretudo quando em um ambiente sem ruídos, com potencial de possibilitar o acesso das mulheres às suas intimidades, pensamentos, desejos, medos e à escuta do “coração”.



Assim, no contexto em que o CMC se apresenta, o suporte oferecido por meio dessa escuta acolhedora e sem julgamentos é designado enquanto rede social de natureza primária. Essa estrutura se constitui a partir das relações interpessoais existentes entre os que compartilham de uma mesma realidade e se amparam na coletividade para a elaboração de estratégias de enfrentamento à violência em seu cotidiano.<sup>(14)</sup>

Com isso, tais relações vêm acompanhadas de um sentimento de pertença e identificação com o problema compartilhado, muitas vezes não sanado pela rede social institucional, prevista no documento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Essa realidade reverbera na percepção dos espaços da comunidade, sendo um vínculo forte dentro da rede social de apoio as mulheres inseridas em um contexto violento.<sup>(15)</sup> Saber exatamente do que a outra fala, por já ter vivido algo igual ou parecido, confere às mulheres participantes credibilidade ao se posicionarem, pois elas sabem exatamente do que falam, elas têm conhecimento de causa. Dessa forma, o discurso além de prático é também teórico, pois naquele espaço elas vão construindo teorias, alimentando a consciência política feminista.

Ao buscarem suporte no CMC, as mulheres podem também contar com encontros grupais realizados sob a forma de rodas de conversa ou oficinas. Esses momentos, que também fazem parte da atuação do coletivo para o enfrentamento da VCM, revelam a reciprocidade imbricada no acolhimento às mulheres que vivenciam o agravo, pois compartilham de experiências semelhantes, o que leva ao reconhecimento da sua própria vivência na fala da outra e estimula a participação das envolvidas, estabelecendo trocas de ideias.

A metafísica do olhar pode ser considerada nas rodas de conversa do CMC. O mimetismo, a imitação do olhar do outro, é importante para construção do eu, o olhar do visível e do invisível são aspectos a serem considerados nos momentos de troca do CMC. As mulheres podem não vê determinadas situações que vivenciam, mas ao serem apresentadas e faladas por outras

elas podem reconhecer ali as suas histórias, como um espelho.<sup>(16)</sup>

Aprender com a vivência de outra, avaliar a aplicabilidade pessoal das respostas dadas por outras pessoas, reconhecer a variedade de recursos que podem ser lançados para sanar uma situação de conflito enfrentada, são algumas das potencialidades encontradas nas oficinas e rodas de conversas.

Desse modo, as mulheres se instrumentalizam e fortalecem em espaços de troca. Nesse contexto, outros estudos também mostram que as oficinas e/ou terapias grupais são uma importante fonte de enfrentamento não somente às violências, mas também a questões que envolvem a saúde física e mental.<sup>(17)</sup>

Nesse ínterim, releva-se ainda o exercício da sororidade, termo que consiste em uma experiência subjetiva e na relação de união entre mulheres com a finalidade de reduzir os danos causados pelo discurso da “rivalidade feminina”, este que produz práticas cotidianas de concorrência, antagonismos e conflitos. Tal oferta de alternativa à rivalidade pode modificar a forma como as mulheres são ensinadas a competir entre si, sendo um conceito com potencial agregador<sup>(18)</sup>. Para ter o alcance necessário e se tornar prática cotidiana, é necessário perceber as limitações da sororidade com o reconhecimento das diferenças entre as mulheres<sup>(18)</sup>.

Essa união entre as mulheres está relacionada às dimensões ética, política e prática do feminismo, seguindo um movimento de conscientização sobre o que é uma cultura patriarcal expressa nas violências contra as mulheres e nas relações de solidariedade entre elas. O CMC, por meio dos espaços de rodas de conversas ou oficinas, tenta evidenciar o sentido de sororidade através da busca pela desconstrução do discurso patriarcal e da violência contra as mulheres, sendo considerada uma luta coletiva.

Inicialmente, esses encontros eram realizados no afã do cotidiano violento no qual as integrantes do CMC estavam inseridas, pois o enfoque das reuniões pautava-se na externalização do sofrimento. No caminhar desses grupos, surge a necessidade de busca por uma compreensão

da realidade vivida e elaboração de estratégias para o enfrentamento do problema, o que exigiu uma postura autodidata na busca por soluções. Tal comportamento se assemelha a outros grupos feministas dos anos 1980, que se reuniam à época para explorar possibilidades de mudanças na sociedade estruturada por princípios majoritariamente patriarcais e danosos às mulheres.<sup>(19)</sup> Interessante contextualizar que o amadorismo inicial dessas mulheres pretas e pobres foi suplantado diante da vontade de mobilização pessoal e coletiva para mudar o cenário da vida. À medida que as demandas vão sendo reconhecidas, durante os encontros, elas vão remodelando o CMC e buscando paulatinamente novas articulações que subsidiem as pautas.

Essa conjuntura de discussões atrelada às demandas que surgiam nos encontros fez com que o CMC buscasse parcerias para ampliar o leque de mecanismos de atuação do grupo para o enfrentamento da VC. Assim, parcerias com universidades e serviços dão início a uma nova fase de construção coletiva, a partir de um suporte técnico para o fortalecimento do grupo em prol do empoderamento feminino. Nesse ínterim, cabe ressaltar, ainda, a importância para a universidade estar inserida nessa comunidade, uma vez que essa articulação viabiliza uma formação profissional diferenciada, sensível às questões da VC e seu enfrentamento, ao tempo em que favorece um melhor entendimento das mulheres integrantes do coletivo acerca dos serviços disponíveis na rede.<sup>(20)</sup>

Uma vez compreendido esse cenário, o CMC atua mapeando os serviços que compõem a Rede, levantando uma série de informações que viabilizam os encaminhamentos conforme demandas identificadas em seu acolhimento. Esse mapeamento foi realizado *in loco* pelas integrantes, que buscavam conhecer o funcionamento das diferentes instituições a partir de conversas com os profissionais e entender se, na prática, os seus direitos estavam sendo assegurados conforme previstos na política de enfrentamento.<sup>(13)</sup>

O apoio do CMC nesse mapeamento minimiza, em muito, a peregrinação das mulheres pelos serviços. Estarem em duplas ou em maior

número otimiza o tempo e por conseguinte o sofrimento na busca pela resolutividade e atendimento das demandas apresentadas, pois uma vai mostrando o caminho, direcionando a outra a partir de experiências similares que vivenciaram, das trajetórias, às vezes, parecidas.

As integrantes do CMC passam a acompanhar umas às outras nas idas aos serviços, sendo esta uma atitude de solidariedade e segurança, como também parte do processo de monitorar a garantia dos seus direitos. Esse acompanhamento permite que evidenciem para a Rede que não estão só: elas são integrantes de um CMC e estão ali amparadas. Isso faz com que transitem com autoconfiança, pois sabem que têm a parceira de luta ao lado.

Esse exercício do controle social, que confere sensação de segurança frente ao medo do atendimento inadequado nos serviços, também ganha força a partir da inserção do CMC em reuniões do Grupo de Trabalho (GT) da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência. O GT, formado por serviços que compõem a Rede, organizações da sociedade civil e organismos governamentais, têm mais de doze anos de atuação e é fundamental para a ampliação ao acesso e a qualidade do atendimento prestado às mulheres em situação de violência na cidade de Salvador.<sup>(21)</sup> Assim, o GT da Rede configura-se também como instrumento facilitador para os encaminhamentos das mulheres ao atendimento especializado, o que contribuiu para a realização de denúncias.<sup>(22)</sup>

O estudo, a partir da oralidade das colaboradoras, possibilita um avanço no sentido de dar visibilidade às organizações sociais feministas, desvelando a forma como estas se articulam e se engajam para o enfrentamento da violência contra a mulher. Toda a mobilização do CMC em prol da melhoria da qualidade de vida das mulheres imersas em contextos de violência revela a sua importância para o enfrentamento deste agravo tão danoso. Estudo demonstra o quanto é essencial a ação de organizações sociais no sentido de apoiar as mulheres em situação de violência, seja para o rompimento com as relações desrespeitosas, assim como no processo de

reestruturação social, necessária para a sua subsistência<sup>(23)</sup>. Nesse processo, desponta-se para a importância da criação desses espaços na comunidade que atuam como agentes de empoderamento feminino para o rompimento de relações conjugais pautadas no desrespeito e na violência.

### Considerações Finais

O Coletivo de Mulheres do Calafate atua no enfrentamento à violência contra a mulher promovendo espaços de escuta entre seus pares de forma a acolher as suas demandas. Esses momentos também acontecem de forma coletiva, em que há um compartilhamento de experiências de forma empática, favorecendo a rede de apoio, levantamento de estratégias para solução dos problemas atrelados ao agravo.

Outrossim, o CMC atua a partir articulação com os serviços da rede de enfrentamento à violência tanto na perspectiva de compreender seu funcionamento para melhor direcionar às mulheres, quanto desenvolvendo o controle social. Com isso, o coletivo consegue encorajar, encaminhar e acompanhar as mulheres, quando estas decidem procurar por um serviço especializado.

As ações desenvolvidas pelo Coletivo de Mulheres do Calafate apresentam-se como de suma importância, pois estas auxiliam na tomada de decisão das mulheres a partir do fortalecimento individual. Considerando as experiências relatadas pelas mulheres, o estudo oferece subsídios para o direcionamento por parte de outras organizações sociais que atuam ou pretendem atuar para o enfrentamento da problemática da VCM.

O estudo apresenta como limitações o fato da coleta ter sido desenvolvida em apenas um coletivo, não sendo possível fazer relação com outras realidades. Além disso, por ter sido realizada em contexto pandêmico, em que as medidas de prevenção indicavam distanciamento social, inviabilizou-se o contato presencial entre as pesquisadoras e participantes, dificultando a identificação das expressões faciais e gestos que direcionassem a outros entendimentos acerca dos questionamentos.

### Colaborações:

1 – Concepção e planejamento do projeto: Jacinta Marta Tavares Leiro, Nadirlene Pereira Gomes, Lilian Conceição de Guimarães Almeida, Isabela Carolyne Sena de Andrade, Ionara da Rocha Virgens e Luana Moura Campos;

2 – Análise e interpretação dos dados: Jacinta Marta Tavares Leiro, Nadirlene Pereira Gomes, Lilian Conceição de Guimarães Almeida, Isabela Carolyne Sena de Andrade e Ionara da Rocha Virgens, Luana Moura Campos e Sabrina de Oliveira Silva Telles;

3 – Redação e/ou revisão crítica: Jacinta Marta Tavares Leiro, Nadirlene Pereira Gomes, Lilian Conceição de Guimarães Almeida, Isabela Carolyne Sena de Andrade e Ionara da Rocha Virgens, Luana Moura Campos e Sabrina de Oliveira Silva Telles;

4 – Aprovação da versão final: Nadirlene Pereira Gomes, Lilian Conceição de Guimarães Almeida e Isabela Carolyne Sena de Andrade.

### Conflitos de interesse

Não existe conflito de interesses.

### Fontes de financiamento

Financiado por bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

### Agradecimentos

Agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

### Referências

1. Organização das Nações Unidas. Convenção sobre a Eliminação de Todas as s Formas de Discriminação contra a Mulher [Internet]; 1979 [cited 2021 Mar 02]. Available from: [http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf).



2. Organização dos Estados Americanos. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher “Convenção de Belém do Pará”. In: Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos [Internet]. Belém; 1994 [cited 2021 Mar 02]. Available from: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convencaobelem1994.pdf>.
3. Organização das Nações Unidas. Relatório sobre “Assassinato de gênero de mulheres e meninas” [Internet]; 2018 [cited 2021 Mar 02]. Available from: <https://catracalivre.com.br/cidadania/ONU-137-mulheres-sao-mortas-por-conhecidos-a-cada-dia-no-mundo/>.
4. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência [Internet]; 2020 [cited 2021 Mar 02]. Available from: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.
5. Brasil. Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos [Internet]. Brasília; 2015 [cited 2021 Mar 02]. Available from: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm#:~:text=Alterar%20o%20art.,no%20rol%20dos%20crimes%20hediondos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm#:~:text=Alterar%20o%20art.,no%20rol%20dos%20crimes%20hediondos).
6. Silva MCAV, Lemos PM. Domestic violence in contemporaneity: about ways of expression of female psychic suffering. *Brazilian Journal of Develoment*. 2020; 6(5):32369-32377. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n5-617>.
7. Rios AMFM, Magalhães PVF, Telles LEB. Violência contra as mulheres: Feminicídio. *Revista Debates in Psychiatry*. 2019. <http://dx.doi.org/10.25118/2236-918X-9-2-4>.
8. Bandeira LM. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*. 2014; 29(2):449-469. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>.
9. Gomes NP, Diniz NMF, Reis LA, Erdmann AL. The social network for confronting conjugal violence: representations of women who experience this health issue. *Texto contexto - enferm*. 2015; 24(2):316-324. <https://doi.org/10.1590/0104-07072015002140012>.
10. Meihy JCSB. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. *Revista de História*. 2006; (155):191-203. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i155p191-203>.
11. Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições, 70, 280.
12. Jacinto RLS, Salles MAM. A importância da fala no processo terapêutico na abordagem fenomenológica daseinsanalítica. *Rev. Bras. Psico. e Educ*. 2020; 22 (esp. 1):315-328. <https://doi.org/10.30715/doxa.v22iesp.1.14136>.
13. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres [Internet]. Brasília; 2011 [cited 2021 Mar 08]. Available from: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.
14. França MS, Lopes MVO, Frazão CMFQ, GuedesTG, LinharesFMP, PontesCM. Características da rede social de apoio ineficaz: revisão integrativa. *Rev. Gaúcha Enferm*. 2018; 39:e20170303. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2018.20170303>.
15. Netto LA, Moura MAV, Araujo CLF, Souza MHN, Silva GF. As redes sociais de apoio às mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo. *Texto contexto - enferm*. 2017; 26(2):e07120015. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017007120015>.
16. Ribeiro PC. A metafísica do olhar: breve interlocução com Sartre, Merleau-Ponty e Lacan. *Ágora (Rio J.)*. 2012; 15(2):289-299. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-1498201200020000>.
17. Oliveira MT, Ferigato SH. A atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar: a construção de tecnologias de cuidado da terapia ocupacional na atenção básica em saúde. *Cad. Bras. Ter. Ocup*. 2019; 27(3):508-521. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1729>.
18. Castro, V. S. D., Roso, A., & Gonçalves, C. D. S. [Internet]2021. O feminismo não é entregue de bandeja: Saberes e práticas de um coletivo feminista estudantil. *Revista Estudos Feministas*, 29. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n265655>.
19. Gregori J. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. *Caderno Espaço Feminino* [Internet]. 2017 [cited 2021 Mar 08]; 30(2):1981-3082. <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/38949>.
20. Silva PLN, Almeida SG, Martins AG, Gamba MA, Alves ECS, Silva Junior RF. Práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação de

- universitários. *Rev. Bioét.* 2016; 24(2):276-285. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422016242128>.
21. Santos CR. Movimento social no enfrentamento da violência contra a mulher: A experiência de um grupo de trabalho em Salvador e Região Metropolitana/BA. *Revista Feminismos* [Internet]. 2016[cited 2021 Mar 08];4(1):141-155. Available from: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30211/17841>.
22. Ribeiro EM, Pinto Júnior WO. Gestão social e governança em rede de políticas públicas no Brasil: Coproduzindo uma Tecnologia em Gestão Social com o Coletivo de Mulheres do Bairro do Calafate. – Salvador – Bahia – Brasil. VIII Congresso Internacional en Gobierno, Administracion y Politicas Publicas [Internet]. Madrid; 2017 [cited 2021 Mar 08]. Available from: <http://www.gigapp.org/index.php/mis-publicaciones-gigapp/publication/show/2985>
23. Souza MB, Silva MFS. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. *Pensando fam.* [Internet]. 2019; 23(1):153-166. Available from: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_pid=S1679494X2019000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_pid=S1679494X2019000100012&lng=pt&nrm=iso).

Recebido: 16 de março de 2022

Aprovado: 9 de janeiro de 2023

Publicado: 1 de dezembro de 2023



A Revista Baiana de Enfermagem utiliza a Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Este artigo é de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons (CC BY-NC).

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir de seu trabalho para fins não comerciais. Embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos